Revista África e Africanidades, Ano XVI, ed. 47-48, ago. a nov. 2023 – ISBN 1983-2354
www.africaeafricanidades.com.br

# BREVE HISTÓRIA DE CAMAMU-BA: TERRITÓRIO DE (RE)EXISTÊNCIA NEGRA.

Fábio Junior da Luz Barros[1]
Nadson Vinícius dos Santos[2]

**Resumo:** O tema do presente artigo é o estudo das relações negras quilombola, indígena e branca (colonos), na vila de Camamu, sobretudo, na época colonial e parte da republicana. A saber, Camamu pertencia a Capitania de Ilhéus, que a grosso modo, foi uma das divisões da costa brasileira determinadas pelo rei português Dom João III como sistema de colonização do Brasil no século XVI. Atualmente, Camamu, lócus da presente pesquisa está inserida no território de identidade do Baixo Sul da Bahia. O objetivo deste texto é analisar como se deu a resistência negra quilombola no município de Camamu - Baixo Sul da Bahia, na época colonial e parte da republicana. Para tal investigação utilizamos o método de cunho bibliográfico pelo viés qualitativo, que tem como base, principalmente, os escritos de Campos (1981); Gomes (1996); Souto (1987); Dias (2011) e Santos (2004). Diante disso, a presente pesquisa nos mostrou que, a então vila de Camamu, hoje município, foi um dos grandes destinos de escravizados negros na Bahia, via esse pressuposto, Schwartz (1987), aponta que isso foi o estopim para Camamu ser uma das regiões da Bahia que primeiro tiveram revoltas negras, e juntamente com os indígenas, eles resistiram através da fuga, do aquilombamentos, mas também, através das lutas armadas. Essas armas, a nosso ver, eles adquiriam através das relações comerciais que mantinham com os grandes comerciantes da época, principalmente, através da venda da farinha de mandioca, que para vários autores, a vila de Camamu tinha grande protagonismo na produção desse item que era muito valioso na época.

**Palavras-chave**: Camamu, quilombo. Escravidão, resistência.

## *BRIEF HISTORY OF CAMAMU-BA: TERRITORY OF BLACK (RE)EXISTENCE.*

**Abstract**: The theme of this article is the study of black quilombola, indigenous and white (settlers) relations in the village of Camamu, especially in the colonial and part of the republican era. Namely, Camamu belonged to the Captaincy of Ilhéus, which, roughly speaking, was one of the divisions of the Brazilian coast determined by the Portuguese king Dom João III as a system of colonization of Brazil in the 16th century. Currently, Camamu, the locus of the present research, is inserted in the identity territory of the Southern Bahia Lowlands. The aim of this text is to analyze how black quilombola resistance took place in the municipality of Camamu - Baixo Sul da Bahia, in the colonial period and part of the republican period. For such an investigation, we used the bibliographical method by qualitative bias, which is based mainly on the writings of Campos (1981); Gomes (1996); Souto (1987); Dias (2011) and Santos (2004). In view of this, the present research showed us that the then village of Camamu, today a municipality, was one of the great destinations of black enslaved people in Bahia, via this assumption, Schwartz (1987), points out that this was the trigger for Camamu to be one of the regions of Bahia that first had black revolts, and together with the indigenous people, they resisted through flight, from the squatters, but also, through armed struggles. These weapons, in our view, they acquired through the commercial relationships they maintained with the great merchants of the time, mainly through the sale of manioc flour, which for several authors, the village of Camamu played a major role in the production of this item, which was very valuable at the time.

**Keywords:** Camamu, quilombo, slavery, resistance.

## 1. INTRODUÇÃO

[1] Doutorando em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia- UFSB
[2] Doutor em Letras pelo PPGL História da Literatura

A raiz da palavra de língua bantu (kilombo, aportuguesado: quilombo), segundo Munanga e Reis (1996), é originária dos povos de línguas bantu, cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire. Conforme os autores, o Kilombo era uma sociedade ou instituição iniciática de jovens guerreiros, resultado de uma longa história envolvendo a região citada. Hoje, no Brasil, esta definição segue o 2º artigo do decreto 4. 887/2003[3], o qual considera comunidades de quilombo grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Nesse encalço, o objetivo deste texto é analisar como se deu a resistência negra e quilombola no município de Camamu - Baixo Sul da Bahia, tendo como base estudo de cunho bibliográfico a respeito da região.

A Capitania de Ilhéus, fez parte da divisão da costa brasileira pelo rei de Portugal, em 1534, as chamadas capitanias hereditárias. Diante deste objetivo, surgem as seguintes inquietações: 1º) será que Camamu foi um dos destinos de escravos no Brasil colônia com porto próprio? 2º) Como se deram as formas de resistência negra em Camamu? Assim, pretendemos compreender o regime escravista e as formas pelas quais os africanos e afro-brasileiros responderam e resistiram a tal sistema, especialmente em Camamu –BA, na época, pertencente ao território da Capitania de Ilhéus.

Conforme Campos (1981); Costa (2016); Souto (1987) e Dias (2011); Camamu correspondeu a uma zona de intensa plantação de mandioca na época colonial, abastecendo várias cidades vizinhas e, ainda hoje, permanece tendo como uma das bases econômicas a agricultura. Segundo Ana Paula Santana (2019), a maior parte da população camamuense ainda habita a zona rural de onde tiram seus sustentos e depois vendem o excedente ao comércio da zona urbana. Este dado se confirma na base do censo/2010 retirado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o qual contabiliza: 9.254 domicílios rurais e, em contrapartida, 7.354[4] domicílios urbanos no território de Camamu.

A história de Camamu está inteiramente ligada à do Brasil[5]. Foram os jesuítas que fundaram, em 1560[6], a Vila camamuense dentro de uma aldeia Tupiniquim e, esta, foi posteriormente transferida para um local denominado de Passagem do Macamamu, sendo, em seguida, elevada à categoria de freguesia[7]. Observo, que durante o período colonial, conforme Santana (2019) e Dias (2011), Camamu enfrentou diversas tentativas de invasões, as quais, foram rechaçadas pelos jesuítas com a ajuda, sobretudo, dos indígenas e dos negros escravizados que ali residiam.

Já no século XVII, houve uma grande revolta escrava em Camamu, muito citada na literatura por autores como Lara Santos (2004); Ana Gomes (2008); Gomes (1996) e Schwartz (1987), a qual será discutida em uma subseção deste artigo. Contudo, estes fatos são difíceis de serem comprovados, porque, ao longo da história de Camamu, algumas

3 Consultar o site: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm

4 Dados disponíveis em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/camamu/pesquisa/23/22106?detalhes=true. Acesso em: 07/01/2023.

5 Consultar o livro *Anotações das doze léguas*: a história de Camamu, de João Carlos Souto.

6 As terras de Camamu foram doadas ao colégio de jesuítas da Bahia pelo então governador Mem de Sá, em 1561. Para maiores informações, consultar a Dissertação de Lara Melo dos Santos, presente como referência bibliográfica deste artigo.

7 Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/camamu/historico. Acesso em: 22/01/2023.

autoridades ligadas ao executivo municipal tiveram um completo descaso com a memória documental da cidade.

A presente pesquisa foi dividida em duas subseções: a primeira, Camamu – do século XVI ao XVII: destino de escravo e celeiro alimentar da Bahia, onde será abordada a importância da vila pertencente à Capitania de São Jorge dos Ilhéus, no Sul da Bahia; na segunda seção, intitulada Um grito ecoa nas matas camamuenses do século XVII: "morte aos brancos e viva a liberdade!", com base nas obras de Lara Santos (2004); Ana Gomes (2008); Barros (2021) e Schwartz (1987), será evidenciado as formas de resistência que os negros quilombolas arquitetaram para (re) existir e sobreviver ao colonialismo.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### Camamu – do século XVI ao XIX: destino de escravos e um dos maiores produtores de alimento da Bahia

A fundação de Camamu está intrinsecamente ligada ao colonialismo e ao escravismo brasileiro. Segundo Laurentino Gomes (2021), a partir do século XVI, o Brasil alcançaria cifras industriais de escravizados, entrando principalmente pelo portos de Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Além disso, segundo o mesmo autor, o Brasil escravizou 4,9 milhões de africanos, equivalente a 40% dos 12,5 milhões que embarcaram na África para o continente americano até metade do século XIX" (2021, p.20). Vale lembrar que Camamu a partir do século XVI, configurou umas das vilas mais promissoras da Capitania dos Ilhéus (DIAS, 2011), e, além disso, estava inserida no território baiano, um dos maiores destinos de escravizados das Américas como pontuou Laurentino Gomes (2021) acima.

Nos anos de 1724, segundo Lara Santos (2004, p. 35), "Camamu se distava como a vila mais populosa do Sul da Bahia, tendo uma população total de 2.230 habitantes, sendo 698 de pessoas livres e 1.032 escravos". Para Dias (2011), a população de escravizados pode ter sido de 1.300. Já para Ildo Cunha (2016, p. 24), escritor local, "em 1819 constava-se em Camamu mais de 6.000 pessoas, havendo propositalmente muitos brancos e poucos índios". Porém, Cunha (2016) não deixa claro quantos escravos havia, mas, se pensarmos proporcionalmente, é possível notar que se em um século a população camamuense aumentou em 4.770 pessoas, então, a quantidade de escravos em proporção, nessa época, seria de aproximadamente de 3.000.

A quantidade de escravos em Camamu, a meu ver, se dava pela questão de haver portos próximos que serviam para o abastecimento de alimentos, trazer utensílios e insumos agrícolas para a manutenção do sistema agrário na região da Capitania de Ilhéus; além de servir para suprir a mão de obra cativa, assim julgam Dias (2011) e Gomes (2021). O historiador Marcelo Henrique Dias, em sua belíssima obra sobre a capitania de Ilhéus, relata que:

> A vinculação dessa economia de subsistência com os setores de importação demonstra a capacidade do setor de abastecimento como polo gerador de mercados consumidores de curta e longa distância. Nos portos das vilas da

> Capitania de Ilhéus, era cotidiana não somente a visita de navios das carreiras atlânticas para carregar suprimentos para as viagens, como também para comercializar diretamente mercadorias importadas, como escravos e sal de Setúbal. (DIAS, 2011, p. 187).

Com base no fragmento, nota-se evidências de que existiu um relevante tráfico de negros escravizados nas imediações da Capitania dos Ilhéus, e estes eram possivelmente enviados para as terras da vila de Camamu pela sua relevância sócia econômica para a capitania, na época. Para comprovar tal tese, trago a vista um fato histórico que ocorreu entre os anos de 1848 e 1871 onde "o visconde de São Lourenço, Francisco Gonçalves Martins, adquiriu dois iates, Maria e Vigilante, a fim de guarnecer a costa de Camamu, Ilhéus e o litoral vizinho, em virtude da crescente frequência dos navios negreiros naquele porto". (CUNHA, p. 26).

O cronista João da Silva Campos (1981, p. 356) ressalta que, nos finais dos anos 1830, os moradores de Ilhéus, reclamavam contra "a desfaçatez com que os navios negreiros faziam no porto o 'escandaloso e ilícito comércio de africanos'". Vale lembrar que, na data citada, já estava proibido o tráfico de pessoas, mas essa solicitação do visconde, comprovada pela pesquisa de Campos (1981), evidenciam que continuavam chegando escravos na Capitania dos Ilhéus. Torna-se evidente, desse modo, que a elite econômica, ou seja, as famílias detentoras do poder econômico da época, não queriam abandonar o velho sistema da escravidão negra.

Costa (2016), na sua tese sobre a economia forjada na baía de Camamu, entre os anos 1800 e 1850, fez uma comparação sobre o desenvolvimento de duas cidades no Baixo Sul da Bahia (região pertencente à antiga Capitania dos Ilhéus): Camamu e Valença, entre o segundo e terceiro quartel do século XIX. O pesquisador, concluiu, portanto, que Camamu não se desenvolveu economicamente porque a elite optou por não investir em mão de obra assalariada. Ou seja, enquanto a elite valenciana investiu em empresas e fábricas, por outro lado, os camamuenses optaram em permanecer no sistema *plantation*, análogo ao sistema escravista negra.

Dias (2011) ressalta, que os aspectos da estrutura fundiária, do padrão de propriedade de escravos, das relações de produção, da geração de renda na lavoura e no extrativismo correspondem a elementos da estrutura agrária que definem recortes regionais no interior do território da antiga capitania. Foi a partir desse tipo de estrutura, que as famílias prosseguiram estimulando o tráfico de negros, mesmo após a proibição perante as leis coloniais. Tais fatos, deixam claro, que em Camamu existiram portos negreiros para o recebimento de negros escravizados durante e após o sistema escravocrata, conforme a lei da época.

Camamu, realmente, era um lugar pomposo, todavia, conforme Dias (2011), isto tudo se dava sob uma estrutura essencialmente forjada na força de trabalho escrava vinda de outras partes da Bahia. Apesar de fragmentada e pouco homogênea, a documentação consultada, como artigos e livros, permitem cotejar aspectos da estrutura fundiária, do padrão de propriedade de escravos, das relações de produção, da geração de renda na lavoura e no extrativismo camamuense, ou seja, toda a infraestrutura citada por cunha (2016), era privilegio e enriqueciam os brancos colonialistas, a saber que posteriormente

entraria em vigor a lei 001/1837[8], a qual, versava que todos africanos e afro-brasileiros seriam proibidos de acessar o ensino público formal, restando desse modo, o trabalho escravo, principalmente no âmbito rural.

Esses aspectos demonstram que a força de trabalho escrava presente na Vila de Camamu era, basicamente, para a produção de alimentos de subsistência local e regional, por exemplo, na produção de farinha e o abastecimento de madeira usada como combustível para o funcionamento de engenhos de cana-de-açúcar. Diante disto, Dias (2011) descreve Camamu como uma das "vilas de baixo" localizada no território da Capitania dos Ilhéus, e uma das principais zonas de produção de farinha de mandioca voltada para o abastecimento da capital – Salvador, Recôncavo e, até, como veremos na literatura de Costa (2016), para outras capitanias. Ou seja, as pompas citadas por Ildo Cunha (2016) faziam parte da segregação sociorracial e manutenção do privilegio branco na, então, Vila de Camamu.

O historiador Alex Costa (2016), em sua tese intitulada: Tramas e contendas: Escravos, forros e livres constituindo economias e forjando liberdades na baía de Camamu, 1800 -1850. Nos responde que os negros e quilombolas da região de Camamu negociavam enormes quantidades de farinha com os grandes comerciantes da época. Ele continua a explicar da seguinte forma: em 30 de junho de 1843, o negociante Francisco Teixeira de Carvalho solicitou uma autorização do governo provincial da Bahia para remeter oitocentos e cinquenta alqueires de farinha de mandioca da Vila de Camamu, onde morava, para o Rio de Janeiro. Contudo, ocorre que este tipo de requerimento era muito difícil de ser concedido, uma vez que: "o objetivo era controlar a venda da farinha de mandioca, evitando a escassez desse produto tão necessário à alimentação de parte significativa da população da Bahia, especialmente, nas regiões de Salvador e do Recôncavo" (COSTA, 2016, p. 11).

Costa (2016) afirma que essa farinha era proveniente de quilombos/comunidades negras rurais. Isto desmente as historiografias romantizadas que falam de quilombos, no meio as matas, com difícil acesso e sem ligação com as vilas e os comércios próximos. Sabemos que sempre houve relações de interesses necessárias para a sobrevivência dos indivíduos, as quais, estão envolvidas em laços de dependência mútua, historicamente, isto, sempre se aplicou entre os quilombolas e comerciantes locais. Desse modo, todo o abastecimento de alimento originado do trabalho de negros fugidos do sistema colonial escravista, era também, a causa do enriquecimento de algumas famílias brancas da época, as quais, ainda se mantêm no poder político estatal, até hoje, e seus descendentes possuem ainda estreitas ligações com famílias negras de renome, no município de Camamu.

Essa produção excedente trazida dos quilombos era fornecida também pelos pequenos agricultores detentores de poucos escravos, os quais arrendavam às terras jesuítas e, mediante a mão de obra escrava, movimentavam uma grande cadeia de alimentos que abastecia não só a capital, mas também outras vilas e o Recôncavo baiano. Esta última região do território baiano trabalhava, sobretudo, com o plantio de fumo e cana-de-açúcar. Dias (2011), evidencia que o Recôncavo e Salvador, entre o século XVII e final do XVIII, eram grandes dependentes da produção da Vila de Camamu, especialmente da farinha de mandioca. Com base nestes estudos, compreendemos que a colônia dependia,

8 Ver: Lei n. 1, de 1837, e o Decreto nº 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro

majoritariamente, dessa produção forjada na mão de obra quilombola e escravizada, não apenas para o consumo interno de Camamu, mas também, para o Recôncavo e Salvador - a primeira capital do Brasil, entre 1549 e 1763. É preciso ressaltar que a população brasileira dependia da mão de obra negra e escravizada e, se houvesse, uma reparação de terras, na época da abolição (1888), hoje, o Brasil seria mais rico social e economicamente.

## Um grito ecoa nas matas camamuenses do século XVII: "morte aos brancos e viva a liberdade!"[9]

A frase posta acima faz referência ao tempo colonial, no Brasil, quando as pessoas (negras) eram escravizadas com a condescendência das instituições e das leis da época. Nesta conjuntura, iniciou-se uma luta entre os colonos, majoritariamente de origem europeia e cor de pele embranquecida, dito "donos de terra" ou "senhores de engenho" e os escravizados, majoritariamente de origem africana, cor de pele predominantemente escura, nomeados de negros ou crioulos. A tensão gerada nessa relação ainda era acrescida pelas questões indígenas, a quem os colonos europeus declararam guerras e venceram muitas, confiscaram-lhes as terras e escravizaram os cativos de batalha.

A continuidade dessas relações levou, logo em 1691, a um levante escravo oriundo de um quilombo, na vila de Camamu. Freire (2012), aponta, que tal fato se constitui uma singularidade do caso, por se tratar não apenas de uma revolta ocorrida em uma região de pequenas propriedades que giravam em torno de uma agricultura de subsistência, mas também, porque "as insurreições escravas – mormente organizadas em torno de identidades étnicas – só se tornaram frequentes, bem mais tarde, em centros urbanos ou nas grandes propriedades açucareiras do Recôncavo" (SANTOS, 2004. P. 28).

Neste sentido, segundo Schwartz (1987, p. 64), "o mocambo representava uma expressão de protesto social numa sociedade escravista". Embora neste artigo o historiador faça referência ao mocambo como uma resistência, ele também o enfatiza como sendo uma economia relacionada ao banditismo, esse foi um dos estigmas que os quilombolas passaram durante todo o sistema colonial e monárquico luso - brasileiro. Schwartz (1987, p. 67), aponta que "a economia dos mocambos, ao invés de retornar às origens pastoris ou agrícolas africanas, era muitas vezes, parasitária, baseada em assaltos nas estradas, roubo de gado, incursões e extorsão". Antes de entrar neste mérito, vale salientar que, hoje, já é sabido que existiram:

> [...] sete tipos de quilombos: os agrícolas, existentes em toda parte; os extrativistas predominantes na região amazônica; os denominados mercantis que realizavam trocas que alcançavam os grupos indígenas e

9 Frase retirada do artigo de Stuart B. Schwartz (1987), intitulado: *Mocambos, Quilombos e Palmares*: a resistência escrava no Brasil Colonial. Citado por Santos (2004) na sua Dissertação; encontrado também na obra de Gomes (2015). Observo, que aqui, retorno a discursão proposta na página 3 a respeito da revolta escrava na vila de Camamu.

> regatões; os moradores que prevaleceram em Minas, Goiás e Mato Grosso; e enquanto no Sul, Rio Grande prevaleceram os quilombos pastoris; nas cidades se destacavam os quilombos suburbanos classificados como de serviço e, em diversas regiões, prevaleceram os pequenos quilombos itinerantes, que viviam de saques, denominados predadores. (GOMES, 2015, p. 74)

Isto é, houve vários tipos de organizações sociopolíticas, econômicas e geográficas dos quilombos no Brasil. Hoje, se pensarmos por esse viés, teremos visões óbvias sobre os tipos de resistência e, quais foram os locais em que cada organização se desenvolveu. Uma hipótese é que, talvez, os quilombos "parasitários", ou como Flavio Gomes (2015) denomina, "os predadores", viveram em regiões do Brasil de conflitos mais intensos [colonos *versus* negros] em que a sedentarização era prejudicada de alguma forma. Mas se acreditarmos que a economia quilombola, na maioria das vezes, praticou a forma [predadora], menosprezaremos a luta e, sobretudo, o processo de organização desta resistência negra através do aquilombamento, corre-se o risco de cair em estereótipos criados, há séculos, no Brasil, de que os negros e quilombolas são sempre violentos. Abertamente aqui, afirmamos: esse pensamento não nos serve e só se aproveita para relativizar a violência do colonizador-opressor e desviá-lo de responsável pela violência causada a todos na América desde 1492.

Flavio dos Santos Gomes, em seu livro *Mocambo e quilombo*: *uma história do campesinato negro no Brasil*, descreve que os colonos dependiam, exclusivamente, da produção, tanto dos escravos quanto; dos quilombos. Gomes (2015, p. 20), exemplifica dizendo que "[...] a reclamação de quilombolas em tabernas era tanta que se dizia que em Vila Rica "cada venda é um quilombo'". Em outro trecho do seu livro, Gomes (2015, p. 20) demonstra que os quilombos nunca estiveram isolados, pois estes "mantinham trocas econômicas com vários setores da população colonial, que incluíam taberneiros, lavradores, garimpeiros, pescadores, roceiros, camponeses, mascates e quitandeiros, tanto escravos como livres"; e "tais trocas, que nunca foram sinais de paz ou de ausência de conflitos, significava, sim, relações políticas que conectam toda sociedade escravista, tanto aquelas que reprimiam como as que acobertavam os quilombos e suas práticas".

Essas trocas e, às vezes, assaltos praticados por ambas as partes, eram, principalmente, fruto da resistência de um povo sequestrado, oprimido e estranho ao novo território – por isso a denominação de quilombos como predadores. Por outro lado, há os dominadores do discurso hegemônico - os colonos, intitulados como supostos donos das terras e detentores dos meios de produção e, sobretudo, protegidos pelas instituições coloniais, enquanto praticavam o tráfico e a escravidão de pessoas negras ao Brasil. Ao ler algumas poucas pesquisas existentes sobre Camamu, por exemplo, as de Gomes (2015); Lara Santos (2004); Schwartz (1987); Dias (2011); Campos (1981); Costa (2016) e Ana Gomes (2008); ou simplesmente andar pelas ruas; ouvir as histórias sobre as antigas famílias e suas velhas políticas; conhecer os casarões e a Rua Direita, será possível concluir que tal cidade foi, sim, erguida à base do trabalho escravo negro.

É a partir desse caldo de ódio e ganância colonial que surge a resistência escrava em Camamu, com o propósito de dar um basta ao sistema escravocrata. Campos (1981, p. 353) relata que "o perigo era iminente e permanente oferecido pela vizinhança de escravos aquilombados nas matas adjacentes à Vila". Além disso, "os quilombos contavam-se em

elevado número por toda parte da comarca" (CAMPOS, 1981, p. 352). Assim, comprova-se que em Camamu existiam muitos aquilombados resistindo ao sistema colonial da época. A meu ver, desse modo, o território de Camamu se configura como um território negro quilombola, visto que para Siqueira (2021), o que demarca um "território negro é a memória e a história praticada e passada de geração a geração e, para Paterniani (2019), o que define tal território são as relações culturais, econômicas, de trabalho, de lazer, festiva / religiosa que eles elaboram naquele espaço. Pelo fato de Camamu ter muitos quilombos, eles imprimiram, como vimos neste artigo, sua produção, modo de trabalho, cultura, memória e história na cidade; além de haver muitas comunidades certificadas e tituladas e, outras, se organizado para receber certificação como quilombola. Por este viés, Camamu é um território negro quilombola, que resistiu ao sistema colonialista europeu.

Partindo deste pressuposto, historicamente, a cidade de Camamu sempre foi um local de levantes. Porém, o maior e mais importante é relatado por Lara Santos (2004), Gomes (2015) e Schwartz (1987), o qual ocorreu no final do século XVII, envolvendo, aproximadamente, 100 aquilombados. Segundo Lara Santos (2004), o que deu força a tal levante foi o fato de que os negros passaram a ser empurrados para dentro do continente onde habitavam os indígenas temidos pela colônia: os Aimorés e os Tapuias. Deste modo, os negros formaram um cordão de isolamento entre índios e brancos. Tal *black barrier* se desenvolveu a partir dos baixos aluguéis de terras em conflitos, por parte dos jesuítas, para pequenos colonos e seus escravizados negros próximos aos povos indígenas Tapuias e Aimorés. Essa demanda ocorreu:

> [...] a partir de 1595 com a decretação da guerra dos justos, mas só efetivada em 1597, contou com a participação dos índios potiguara, deslocados da Paraíba especificamente para interagir as tropas de combate, e se prolongou até o ano de 1602, marco dado a "pacificação" definitiva dos aimorés. (LARA SANTOS, 2004, p. 48).

Segundo Lara Santos (2004), a guerra contra os Tapuias durou entre os anos 1651 e 1656, contando com a ajuda dos Aimorés. Observa-se que contra os últimos, os colonos usaram as táticas de guerra dos Potiguaras, e contra os Tapuias, usaram a dos Aimorés. Essa guerra entre indígenas e colonos se constituiu como peça principal para a formação dos quilombos e da resistência negra no município de Camamu, hoje. Conforme as ideias de Siqueira (2021) e Paterniani (2019), ambos citados, Camamu se configura como um território negro quilombola.

Lara Santos (2004) explica que tais povos indígenas, os quais, tinham os seus territórios marcantes, mas não delimitados etnicamente, constituíam-se da seguinte forma: os Aimorés tinham os seus domínios do Sul ao Oeste da Capitania dos Ilhéus, ou seja, do rio de Contas ao rio Doce; e os Tapuias dominando o Norte da capitania, que correspondia à parte do sertão da Bahia e do litoral, abarcando a cidade de Cachoeira, Jaguaripe, parte das vilas de Camamu, Cairu e Boipeba. Contudo, de acordo com Lara Santos (2004), os colonos usaram os negros escravizados como parede entre os territórios dos Aimorés e Tapuias [mais adentro do continente], e dos brancos [no litoral], deixando os negros à deriva no território de batalha.

Vale ressaltar que a maioria dos colonos tinha as suas terras na zona rural da vila camamuense, mas moravam na zona urbana, facilitando, assim, a fuga dos negros escravizados. Essa barreira que os jesuítas criaram marcou a época com muitas mortes de negros pelos indígenas, que defendiam o seu território. Todavia, conforme Lara Santos (2004); Schwartz (1987) e Gomes (2015), esta organização feita pelos colonos no Brasil teve como consequência a formação dos quilombos na época, isso inclui os inseridos no atual município de Camamu-BA.

Os escritos citados apontam que os primeiros quilombos camamuenses foram implantados no Oeste ou Sudoeste do território municipal, ou seja, longe do litoral e próximos aos engenhos. Isto posto, Schwartz (1987, p. 66) aponta que “tamanha audácia ressalta, inclusive, uma realidade básica'' as relações com localidades de movimento, de trânsito de pessoas, dinheiro e objetos.

Em 1789, segundo Campos (1981), existiu no território de Camamu um dos mais famosos engenhos situado à jusante do rio Acaraí, a Oeste de sede, este, pertencia ao tenente Bernadinho Rodrigues Cardoso e Francisca Xavier Bittencourt de Sá. Curiosamente, hoje em dia, o próprio Acaraí e várias localidades próximas são certificados como comunidades quilombolas, conforme o decreto 4.887/2003, que norteia os procedimentos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ADCT[10]. Porém, não pretendo me aprofundar, no presente artigo, a respeito das leis de reconhecimento e demarcação das terras quilombolas após 1988.

Outro ponto importante, que constitui a tessitura da formação e resistência quilombola camamuense, é o fato dos territórios indígenas, especialmente dos Tapuias e parte dos Aimorés, estarem posicionados estrategicamente entre a capital baiana e a vila de Camamu, proporcionando ambientes essenciais para as fugas e as resistências negras, pois, como afirmam Schwartz (1987); Gomes (2015) e Lara Santos (2004), os indígenas também faziam barreira e, assim, dificultavam a locomoção de tropas vindas da capital. Da mesma forma, a distância da Vila de Camamu a Salvador era relevante para tais resistências. Ainda:

> Embora os mocambos do Sul da Bahia não atingissem a extensão e a população dos Palmares, a ameaça que representavam não era menos real. Um relato de 1723 dá conta de um mocambo com mais de 400 habitantes, mas o tamanho, isoladamente, não era o único determinante da periculosidade do mocambo nesta região. Em 1692, um grupo de fugitivos liderado por cinco capitães mulatos passou a saquear as lavouras próximas a Camamu e ameaçou tomar a própria cidade. O tumulto atingiu não somente o sul da Bahia, mas também o Recôncavo, onde a desordem imperou quando a notícia daqueles eventos chegou às senzalas dos engenhos e os senhores começaram a temer distúrbios semelhantes. Uma

10 O Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias versa que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/644068/art-68-do-adct. Acesso em > 17/08/2022.

> expedição militar portuguesa em 1692 finalmente destruiu o mocambo, sitiando o povoado protegido por paliçadas. (Schwartz, 1987, p.66).

Tal quilombo referido na citação estava inserido no território da, então, Vila de Camamu, onde os líderes quilombolas se revoltaram com a forma que o sistema colonial os tratava, isto foi o estopim para a revolta. Neste ponto, Santos (2004) ressalta que foi construída uma aliança entre os quilombos da região e os negros escravizados das senzalas e, posteriormente, a invasão da cidade onde foram realizadas grandes "muvucas", apropriação dos mercados de alimentos, como também, assassinatos de homens e mulheres brancas. Salientamos que a morte desses brancos estava relacionada aos colonos que tinham escravos e, de acordo com Santos (2004), este ocorrido, provocou uma confusão na cidade. Após essa investida, tal notícia alertou a Bahia como um todo, principalmente, o Recôncavo e a capital.

Lara Santos (2004) expõe que, quando as autoridades oficiais como o capitão-mor de Ilhéus, Bento Ribeiro de Lemos e o governador da Câmara de nome Coutinho souberam do levante, ponderaram que não convinha os soldados de Salvador irem reprimir o levante porque a movimentação seria pressentida pelos negros que "se meteriam pelos matos". Desta forma, enviaram pólvora, bala e ordem para que o capitão-mor juntasse as ordenanças, recrutasse os homens pardos e alguns indígenas das aldeias vizinhas e, que nomeasse por cabo, um homem que lhe parecesse "de mais valor". O eleito foi Antônio Ferraz de Azevedo, "homens de boa feição que foi ali juiz e vereador" e, em caráter emergencial recebeu também o título de capitão da entrada. Para acompanhá-lo, o capitão de campo Gonçalves de Afonseca, empossado sob as mesmas circunstâncias[11].

A ideia era chegar silenciosamente e sem alvoroços, pegando os aquilombados de surpresa, então, partindo desse pressuposto, o melhor seria manter a guarda com pessoas nativas da região, armá-las e, assim, atacar o quilombo. Isto feito. A expedição de Antônio Ferraz de Azevedo marchou para o quilombo composta por 100 homens: 60 brancos, 20 indígenas e 20 negros, todos fortemente armados. Chegando ao quilombo, Antônio Ferraz de Azevedo iniciou o seu ataque feroz, contudo, Santos (2004) narra que houve reação enérgica dos aquilombados, ferindo Antônio Ferraz de Azevedo com uma "seta e uma bala". No entanto, os insurgentes foram derrotados, morrendo quatro quilombolas, o governador e mais três lideranças fortes, contabilizando, ainda, vinte e cinco feridos e oitenta presos.

Segundo Santos (2004), parte dos capturados foram devolvidos aos seus donos e outros foram vendidos para diversos locais da Bahia, com exceção de três líderes, que foram decapitados e tiveram as suas cabeças expostas em praça pública na sede da Vila de Camamu para servir de exemplo a futuros aspirantes de resistência ao sistema escravocrata. Portanto, isto mostra que não foi a quantidade de negros que fez explodir as revoltas e as fugas quilombolas em Camamu, mas sim, o contato com os indígenas, o conhecimento da geomorfologia terrestre local, como também o isolamento com a capital e a proximidade das guerras entre indígenas *versus* colonos. Tais fatos auxiliavam na fuga e na resistência negra no início do sistema escravocrata em Camamu -BA.

11 Carta patente de Antônio Ferraz Azevedo e carta patente de capitão de campo da vila do Camamu provida por Gonçalves de Afonseca, Bahia, 09/08/1961. APEB - cód: 333, fls- 192 -192 v.

## 3. CONCLUSÃO

Após o rei de Portugal, D. João III, criar o sistema de divisão territorial conhecido por Capitanias Hereditárias, em 1534, Jorge de Figueiredo Correia é nomeado donatário da Capitania de Ilhéus. A partir desse ponto de colonização brasileira, a infraestrutura e a economia do Brasil começou a ser pautado por meio da escravização negra e indígena. A Vila de Camamu, fundada pelos Jesuítas, em 1560, pertencia a capitania de Ilhéus, esta, segundo Lara Santos (2004); Gomes (2008); Campos (1981); Cunha (2016) e Dias (2011), era umas das mais prósperas economicamente da capitania de ilhéus, como também, uma das mais significativamente, com escolas, portos, barcos, casas de festas, etc., esses pressupostos, a meu ver, comprovam que a vila era abastecida por negros escravizados através dos portos da vila, haja vista, que a princípio, os colonos camamuenses necessitavam muito de mão de obra escravizada para produzir, principalmente, farinha para consumo e, sobretudo, exportação (COSTA, 2016).

Alguns fatores começaram a mudar estes processos descritos, por exemplo, quando os jesuítas começam a invadir o território de outros povos indígenas, a saber, dos aimorés e tapuias e, por conseguinte, alugarem para os colonos brancos. Devido a essas invasões, entre 1660 – 1750, o confronto se intensifica com os citados povos. Essas guerras chamadas pelos colonizadores de “justas”, segundo Santos (2004), a *priori* se deu com os povos aimorés (1595 - 1602) e, posteriormente, com os tapuias (1651 – 1656), segundo a mesma autora, estes povos apavoraram todo sistema colonial baiano e, isso mudou a organização social e territorial de Camamu.

Sob tais circunstâncias, os negros começam a se aquilombarem próximos as fazendas e engenhos, com a ajuda, especialmente, dos indígenas, visto que, estes conheciam o território geográfico da vila de Camamu. Este fato foi peça-chave para ajudar o aquilombamento e a resistência negra quilombola na citada vila na época colonial. Porém, esse sistema de quilombos no território camamuense, de acordo com Costa (2016), foi essencial para a comercialização e, consequentemente, o enriquecimento de várias famílias tradicionais da então vila, haja vista, que eles compravam os produtos agrícolas dos quilombolas, preferencialmente, a farinha de mandioca.

A resistência, ocupação e organização, seja social, geográfica, demográfica, política, histórica ou econômica dos negros na Vila de Camamu, só foi possível, porque os povos indígenas: tapuias e aimorés estavam em guerra com a Capitania, desse modo, houve oportunidades dos negros fugirem e/ou fazer alianças com os indígenas e, em seguida resistirem por meio do aquilombamento e guerras armadas, como conta (SANTOS,2004). Todavia, as lutas pelos territórios, no então município de Camamu, continuam até os dias atuais. Porém, atualmente, os quilombolas já são tidos perante o estado brasileiro como sujeitos de direito, conforme o decreto 4.887/2003, com base no art.68 do Ato das Disposições Constitucionais- ADCT.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Fábio Junior da Luz. **Memória, festa de Santo, território e alianças políticas:** Uma etnografia do quilombo do Pratigi (BA). Orientadora: Ana Cerqueira Carneiro.2020.

188 f. (Dissertação em Estado e Sociedade) – Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade (PPGES), Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, 2020.

CAMPOS, João da Silva. **Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1981.

COSTA, Alex Andrade. **Tramas e contendas Escravos, forros e livres constituindo economias e forjando liberdades na baía de Camamú, 1800 -1850**. Orientador: Maria de Fátima N. Pires. 2016. 213 f. Tese apresentada (Programa de Pós-graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador,2016.

CUNHA, Ildo. **Camamu e suas histórias**. Salvador: Artegraf, 2016.

DIAS, Marcelo Henrique. **Farinha, madeiras e cabotagem**: A Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial. Ilhéus: Editus, 2011.

FREIRE, Larissa Almeida. **"Eu não serei, Tú não serás, Ele não será vigário no Camamú"**: Religião e Cidadania na Bahia Oitocentista (1828-1842). Orientador: Evergton Sales Souza. 2012. 112 f. (Dissertação em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

GOMES, Ana Elizabeth Costa. **A baia de Camamu e a diáspora africana**: Vivencias, memórias e a construção da identidade étnica em Porto do Campo. Orientador: Claudio Pereira. 2008. 149 f. Dissertação (Pós-Graduação em Estudos Multidisciplinar em Estudos étnicos Africanos), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: Uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claraenigma, 2015.

GOMES, Flávio dos Santos & REIS, João José. **Liberdade por um fio. História dos quilombolas no Brasi**l. São Paulo: Companhia das Letras,1996.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: da corrida do ouro em Minas Gerais até a chegada da corte de dom João ao Brasil, volume II, 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Globo livros, 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Museu, memória e cidadania, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Origem e história do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo (28): 56 -63, dez/fev,1996.

PATERNIANI, Stella Zagatto. **São Paulo cidade negra**: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia. Orientadora: Antonádia Monteiro Borges. 2019. 343 f. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2019.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silencio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo (28): 14 -39, dez/fev,1996.

SANTANA, Napoliana. Participação escrava no "sistema de sorte ou giz": A trajetória do vaqueiro Braz no sertão do São Francisco oitocentista. In: PIREZ, M.F.N; SANTA, N.P; SANTOS, P.H.D. (Org). **Bahia**: Escravidão, pós-abolição e comunidades quilombolas. Salvador: EDUFBA,2018. p. 49-68.

SANTANA, Ana Paula Queiroz. **Interlocução entre os saberes da comunidade do Barroso e a educação escolar quilombola no município de Camamu – BA**. Orientadora: Elis Cristina Fiamengue. 2019. 186 f. Dissertação (Pós graduação em educação), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, 2019.

SANTOS, Lara de Melos dos. **Resistencia indígena e escrava em Camamu no Sec. XVII**. Orientador: João José Reis. 2004. 103 f. Dissertação (Pós-Graduação em: História), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2004.

SCHWARTZ, Stuart B. Mocambos, Quilombos e Palmares: A Resistencia Escrava no Brasil Colonial. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V.17, n.9, p. 61-88, 1987.

SOUTO, João Carlos. **As anotações das doze Léguas**: A história de Camamu. Salvador: Acarai, 1987.

SIQUEIRA, Renata Monteiro. Lutas negras no largo da Banana. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 33, n. 3, pp. 281,2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/179762. Acessado: 08/03/2023.